

MUNICÍPIO DE LISBOA**Aviso n.º 5140/2015****Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado**

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência da aprovação no procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, para Técnico Superior (Arqueologia), aberto pelo Aviso n.º 13586/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 216, de 07 de novembro de 2013, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a trabalhadora abaixo indicada para o exercício de funções inerentes à categoria de Técnico Superior (Arqueologia) da carreira geral de técnico superior:

Ana Sofia Tamissa Ganhão Antunes, com a remuneração mensal líquida de €1201,48, correspondente à 2.ª posição remuneratória da categoria de técnico superior e ao nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas.

28 de abril de 2015. — O Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *João Pedro Contreiras*.

308600712

Aviso n.º 5141/2015**Denúncia do Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo Indeterminado durante o período experimental**

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que a Técnica Superior (Arquiteta) Ana Rita da Costa Pereira Felgueiras, denunciou ao abrigo do artigo 47.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com efeitos a 1 de março de 2015, o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito ao período experimental de 180 dias, celebrado com este município em 13 de novembro de 2014, tendo a mesma regressado ao serviço de origem.

28 de abril de 2015. — O Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *João Pedro Contreiras*.

308600923

Aviso n.º 5142/2015**Contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado**

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência da aprovação no procedimento concursal comum para, para Técnico Superior (Direito), aberto pelo Aviso n.º 9328-A/2013, publicado no suplemento ao *Diário da República*, 2.ª série, Parte H n.º 138, de 19 de julho de 2013, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com os trabalhadores abaixo indicados para o exercício de funções inerentes à categoria de Técnico Superior (Direito) da carreira geral de técnico superior:

Susana Maria Engrácio da Silva Batista, Francisco Ricardo Marques Figueiredo Pena, Ana Cristina Alves Domingues, Teresa Paula Lopes Rosa Rodrigues, Paulo Jorge Farinha Silvestre, Paula Alexandra Pedroso Borges e Paulo Sérgio Rodrigues Borges, com a remuneração mensal líquida de €1201,48, correspondente à 2.ª posição e ao nível 15 remuneratória da categoria de técnico superior.

Cláudia Margarida Vasco da Silva Pereira Carneiro, com a remuneração mensal líquida de €2437,29, correspondente à 8.ª posição e ao nível 39 remuneratória da categoria de técnico superior.

Pedro António Betâmio de Almeida, Carla Maria Lopes dos Santos, Carlos Manuel Amaral Alves e Ana Sofia Tomás dos Santos, com a remuneração mensal líquida de €1613,42, correspondente à 4.ª posição e ao nível 23 remuneratória da categoria de técnico superior.

Maria João Marcão Veiga Azevedo Coutinho Tavares, com a remuneração mensal líquida de €1579,09, entre a 3.ª e 4.ª posição e entre o nível 19 e 23 remuneratória da categoria de técnico superior.

Edite Maria de Sousa Freire Baptista Pires Correia, Manuel Albergaria de Almeida Baptista e Ana Sofia da Purificação Lopes Tomás Gonçalves, com a remuneração mensal líquida de €1373,12, entre a 2.ª e 3.ª posição e entre o nível 18 e 19 remuneratória da categoria de técnico superior.

Lisete Maria dos Santos Brotas Pinto, com a remuneração mensal líquida de €1819,36, correspondente à 5.ª posição e ao nível 27 remuneratória da categoria de técnico superior.

Pedro Pinheiro Ferreira da Cunha, com a remuneração mensal líquida de €1304,46, entre a 2.ª e 3.ª posição e entre o nível 15 e 19 remuneratória da categoria de técnico superior.

28 de abril de 2015. — O Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *João Pedro Contreiras*.

308601125

MUNICÍPIO DA MEALHADA**Aviso n.º 5143/2015****Delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana do Luso, Mealhada e Pampilhosa**

Rui Manuel Leal Marqueiro, Presidente da Câmara Municipal de Mealhada, faz saber que, em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mealhada, realizada no dia 10 de abril de 2015, foi deliberado aprovar por unanimidade a delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana do Luso, Mealhada e Pampilhosa, nos termos do disposto do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana.

Mais se informa que os elementos integrantes da delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana do Luso, Mealhada e Pampilhosa estão disponíveis para consulta na página da internet da Câmara Municipal (www.cm-mealhada.pt).

23 de abril de 2015. — O Presidente de Câmara, *Rui Manuel Leal Marqueiro*.

208600056

MUNICÍPIO DE MONFORTE**Aviso n.º 5144/2015**

1 — Para efeitos do disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada em anexo pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, e do artigo 33.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, se torna público que, de acordo com a deliberação da Assembleia Municipal de 25 de setembro de 2014, sob proposta aprovada pela Câmara Municipal na sua reunião de 17 do mês e ano citado, se encontra aberto procedimento concursal comum na modalidade de relação jurídica de emprego público por Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum para contratação de um trabalhador, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo determinado termo certo, tendo em vista o preenchimento do posto de trabalho caracterizado no Mapa de Pessoal deste Município:

2 — Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro e da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, e da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, e Despacho n.º 16107/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 19 de dezembro, foi feita a consulta ao INA sobre reserva de recrutamento, que informou a inexistência de pessoal com o perfil pretendido através do ofício S-INA/2014/2374, para o seguinte posto de trabalho:

Um (1) posto de trabalho de Técnico Superior na área de Arqueologia.

3 — Descrição sumária das funções:

As funções a desempenhar serão as constantes no anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, referidas no artigo 88.º da Lei citada, ao qual corresponde o grau 3 de complexidade funcional, exerce funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos representando do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnico, enquadradas por diretivas ou orientações superiores.

De acordo com o disposto no artigo 81.º da LGTFP anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, os trabalhadores ficam igualmente obrigados à realização de outras funções, não expressamente mencionadas, para as quais detenham a qualificação adequada e que não impliquem desvalorização profissional.

4 — Nos termos do despacho conjunto do Ministro Adjunto, do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública e da Ministra para a Igualdade, n.º 373/2000, de 31 de março, «em cumprimento